

Autoridade e sedução na relação pedagógica¹

Maria Aparecida Morgado

No *Poema pedagógico*, de 1935, Makarenko expõe a seguinte questão: “A pedagogia, como se sabe, nega energicamente o amor, considerando que esse só deve aparecer quando o fracasso da influência educativa já se evidenciou totalmente” (1986, p. 76). O célebre pedagogo russo manifesta apreensão com aquilo que também é sabido na atualidade: a educação escolar leva quase que exclusivamente em conta as habilidades intelectuais cognitivas implicadas no ensino e na aprendizagem.

Essa orientação predominante pode ser observada em cursos de licenciatura, voltados à formação de professores, e também em cursos de formação técnico-científica, como se vê nas disciplinas pedagógicas de cursos de Psicologia. É dado por suposto que o professor reúne as condições básicas para ensinar, e o enfoque quase exclusivo recai no aluno, então concebido em termos racionais. Geralmente, tal entendimento recorre à Didática, à Metodologia de Ensino e à Psicologia de matizes cognitivo-constructivistas a fim de que lhe deem suportes teóricos e técnicos.

Mas isso ainda é pouco, pois a relação que o aluno trava com o saber elaborado é precedida por sua relação com o professor. E essa relação humana não tem como base estruturante a razão, ou a inteligência, mas, antes, a emoção. Uma emoção que é contrária à regra, uma emoção irracional, uma emoção inconsciente que não ocorre sem reciprocidade. Consequentemente, ao focalizar quase que exclusivamente o aluno, o entendimento dominante mais encobre do que mostra a relação pedagógica em sua complexidade.

Mesmo assim, em todos os seus níveis, a educação escolar é alheia a esse fato e tende a considerá-lo somente como último recurso, quando a prática pedagógica fracassa em atingir sua finalidade: a apropriação do conhecimento pelo aprendiz. Então, através de um viés *psicologista*, a emoção inconsciente é invocada

1 Este artigo é uma versão modificada da conferência proferida no III Colóquio Estadual de Psicanálise e Educação, ocorrido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 26 e 27 de maio de 2011. Alguns dos conceitos e argumentos abordados foram debatidos em artigo anterior da autora.

e o insucesso do trabalho educativo tende a ser atribuído a supostos transtornos emocionais ou conflitos psíquicos do aluno – como se uns enfrentassem esses conflitos na vida e outros não.

Entretanto, são comuns situações em que o aluno não aprende porque o docente não ensina adequadamente, pois é alheio a elementos inconscientes que interferem em *como* ele ensina. Tais elementos resultam de afetos inconscientes que o aluno deposita no professor e a que o professor reage também inconscientemente. Desse intercâmbio emocional configura-se um campo de comunicação inconsciente no qual o passado infantil é revivido na atualidade sem que os sujeitos envolvidos se deem conta. O mesmo também ocorre em qualquer outra relação humana, mas pode dificultar as finalidades da ação pedagógica e muitas vezes inviabilizá-las. Os fins pedagógicos são alcançados quando a socialização do conhecimento ascende ao plano central.

A autoridade do professor deriva de seu domínio dos conteúdos e de sua competência para ensinar e, portanto, é estritamente pedagógica. Ele exerce essa autoridade como mediador entre o aluno e os conteúdos culturais. Porém, caso a relação se estruture de modo a privilegiar o intercâmbio de afetos inconscientes em detrimento do ensino, a mediação será inadequada: outra autoridade, primordial e prototípica, tomará o lugar da autoridade pedagógica. A sobreposição da autoridade primordial à autoridade pedagógica resulta em sedução: mesmo sem perceber, o professor oculta o conhecimento em vez de mostrá-lo ao aluno.

A prática docente calcada na sedução acoberta uma sutil e dissimulada recusa em socializar os bens culturais. A sedução – mais ou menos intelectualizada, mais ou menos erotizada – intensifica o campo emocional da relação pedagógica e resulta em uma forma abusiva de exercício da autoridade, pois os trabalhos de ensinar e aprender são secundarizados. Portanto, o problema pedagógico do autoritarismo está vinculado ao fenômeno psicanalítico da sedução.

Todavia, uma advertência se faz necessária: como o docente pode exercer sua autoridade adequadamente se vive em uma sociedade que dela vem abdicando? No ensino fundamental e no ensino médio, muitas vezes o professor é visto pelos pais mais como um inimigo de seus filhos do que como alguém responsável por ajudar a inseri-los no processo civilizatório – pais que não querem mais envelhecer e que, ao mesmo tempo, delegam a educação de seus filhos quase que exclusivamente à escola.

Em *Tabus acerca do magistério*, da década de 1960, Adorno detecta a progressiva desvalorização social do magistério superior sob o capitalismo, fazendo

intersecções entre as teorias de Marx e de Freud. É bem sabido que o Ensino Superior brasileiro – aí incluindo programas de Pós-Graduação – não escapa àquilo que ocorre na Educação Básica: o exercício da autoridade pedagógica tem se tornado cada vez mais difícil, seja pelo contexto universitário muitas vezes desfavorável, seja pela história dos alunos, seja pelos exíguos prazos a serem cumpridos.

Em *A cultura do narcisismo*, de 1979, Christopher Lasch focaliza sua crítica filosófico-social ao capitalismo desenvolvido norte-americano centrado na burocratização. Conforme o autor, a personalidade autoritária, retratada em estudos pós-guerra coordenados por Adorno, não é mais a do fascista preconceituosamente intolerante e, sim, a do homem psicológico centrado na própria individualidade – sem interesse pelo futuro, perseguido pela ansiedade em lugar da culpa – na sociedade em que ocorreu a erosão da autoridade.

Em *A corrosão do caráter*, de 1999, Richard Sennett também focaliza criticamente o novo capitalismo norte-americano, agora centrado na reengenharia das corporações, nos trabalhos de curto prazo e em rede, na execução de projetos e na flexibilidade. Segundo ele, o ambiente de trabalho mais humano das empresas esconde consequências pessoais que impedem a formação do caráter: o progressivo desaparecimento de virtudes estáveis – como lealdade, confiança, comprometimento em longo prazo e ajuda mútua – não permite que se desenvolvam experiências nem narrativas de vida coerentes: daí derivaria a corrosão do caráter que intitula sua obra.

À maneira do pensamento filosófico e social, a complexa problemática da autoridade também tem sido abordada por prestigiosas tendências pedagógicas modernas, tais como: Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Crítica e Pedagogia Construtivista. O mesmo ocorre com didáticas, metodologias de ensino e tecnologias auxiliares. No contexto em que a escola está cada vez mais assemelhada ao tipo de empresa caracterizada por Richard Sennett, a identidade profissional do professor também é focalizada (PIMENTA, 2009). Também vem ganhando relevo a formação continuada de professores.

Em que pesem os esforços empreendidos pelo pensamento educacional, o problema da autoridade pedagógica persevera sem equacionamento, e isso é materializado nas políticas governamentais correlatas: não há nelas nada que indique a consideração do campo inconsciente que estrutura a relação professor-aluno. As condições objetivas do trabalho pedagógico se dão nesse vácuo, pleno

de sentido histórico e social. Mas, o docente é responsabilizado por suas ações pedagógicas como sujeito individual. E não poderia ser diferente, mesmo que as ações conscientes sejam atravessadas por determinantes psíquicos inconscientes. Entre exercer a autoridade ou alimentar a sedução, qual é a escolha docente? Certamente, correr o risco e errar no exercício dessa paradoxal autoridade é menos danoso do que a segunda alternativa. Apresentam-se, a seguir, os processos psíquicos inconscientes que constituem a sedução.

A *sedução* deriva da relação original travada pela criança com seus genitores. A relação original é entendida pela psicanálise como fundadora da personalidade psíquica e protótipo das relações sociais subsequentes. Nela, a sexualidade-afetividade infantil vai se estruturando no campo da sexualidade-afetividade dos pais, adultos já constituídos e, por isso mesmo, mais ativos: esse momento primordial instaura o processo de sedução, que tem como origem uma cena primária de sedução. A cena primária de sedução não decorre necessariamente de situações em que um adulto perverso tenha imposto práticas sexuais precoces à criança, que nem pode entender o significado delas, mas, geralmente, de fragmentos de cenas e coisas ouvidas que a fantasia infantil – alimentada pela pulsão sexual – transforma na cena primária de sedução.

No par sedutor-seduzido, o bebê ocupa inicialmente o polo mais passivo e tem nessa desigualdade sua primeira relação de autoridade. Mas a criança seduzida também seduz: além das sensações prazerosas que os cuidados dos adultos lhe propiciam – demandado seu amor e sua obediência – ela também os seduz demandando prazer e amor. O desenrolar dessa relação – em que a sedução e a autoridade se constituem a um só tempo – está calcado na identificação, processo inconsciente por meio do qual a criança introjeta características psíquicas dos pais tomados como modelos de ser humano.

O entendimento da relação original como prototípica das demais relações permite estabelecer os elos entre as experiências iniciais da criança e a sedução que se instaura na relação pedagógica. Especialmente na questão da autoridade, a identificação do aluno com o professor depende de como foram estruturadas e de como foram superadas as fixações da relação original dos polos envolvidos. Resulta que – descontextualizadas de sua cena de ação – a relação original de autoridade e a sedução podem ser reeditadas no lugar da relação pedagógica.

Quando a sedução se sobrepõe ao trabalho intelectual, duas operações psicológicas inconscientes são necessárias: a transferência de afetos da relação passada que o aluno deposita no professor e a contratransferência, que é a reação inconsciente do professor a esses afetos. A contratransferência acarreta uma forma abusiva de exercício da autoridade, pois os objetivos pedagógicos são substituídos pela revivescência inconsciente recíproca. Essa questão educacional anima o recorte teórico estabelecido e o intento de mostrar como a intervenção desses afetos pode obstruir os fins do trabalho docente.

Identificação é a operação psicológica inconsciente a partir da qual o sujeito infantil se constitui psiquicamente tomando os pais como modelos de ser humano e implica a mais primitiva forma de laço emocional. Instala-se antes da relação de objeto propriamente dita; ou seja, antes da diferenciação psíquica do ego a partir do id, momento em que os objetos de amor e de destrutividade são situados como independentes do ego. Portanto, a identificação primitiva se dá antes da configuração do complexo de Édipo.

No momento subsequente da diferenciação psíquica, catexias libidinais são voltadas para o objeto. Um dos genitores – ou ambos, aos quais a criança se ligou inicialmente pela identificação primitiva – é agora tomado como objeto do amor sexual. O processo culmina no conflitivo complexo de Édipo que, na sua forma simplificada, implica destinar agressividade ao genitor adotado como obstáculo à posse daquele que é tido como objeto sensual. Mas, de fato, o genitor adotado como obstáculo, assim como a interdição cultural do incesto que ele representa, impede a posse do genitor tido como objeto sexual. Além disso, a criança ainda não tem as condições físicas e psíquicas que lhe permitiriam levar a termo essa sua primeira eflorescência da sexualidade.

Outra saída terá de ser encontrada. Uma parte das pulsões eróticas – dirigidas ao objeto de amor sensual – e uma parte das catexias pulsionais destrutivas – dirigidas ao objeto da rivalidade hostil – sofrerá a ação do recalçamento. Outra parte dessas pulsões será sublimada em interesses socialmente valorizados, aparentemente destituídos de conteúdos sexuais e destrutivos. Na consciência, predominarão os sentimentos ternos de respeito e afeição da identificação primitiva, agora compensatoriamente intensificados.

Desse modo, a renúncia ao erotismo e à destrutividade – que propicia a resolução edípica – implica uma regressão à identificação original, ou primitiva, na

qual inexistia a relação objetal. Dito de outro modo, na identificação primitiva a libido narcísica – ou libido do ego – ainda não havia se voltado para o objeto. Esse segundo momento do processo identificatório, em que os sentimentos originários são intensificados regressivamente, é denominado identificação secundária – ou regressiva – e também concorre para a formação do ego.

Nesse processo, não é apenas o ego – sempre em busca da impossível harmonia entre os interesses pulsionais do id e as exigências da realidade – que se constitui a partir das identificações. No interior do próprio ego, outra instância psíquica também se diferencia. Essa outra instância é o superego: também herdeiro das identificações, ele realiza as funções de auto-observação do ego, de consciência moral – que julga, sanciona e interdita a ação do ego sobre o mundo – e de avaliação do ego em relação a um ego que seria ideal. Aos poucos, o superego vai se estruturando como uma instância psíquica separada do ego de que se originou.

O superego deriva sua força da identificação original e do complexo de Édipo, bem como da posição destacada que passa a ocupar em relação ao ego. A instância superegoica se constitui e se fortalece porque – durante o recalçamento pulsional, ocorrido na identificação regressiva – ele assimilou a rigidez e a severidade das imagos parentais introjetadas que passaram a ocupar o lugar das catexias libidinais abandonadas pelo id. Portanto, a instalação do superego é fruto da dessexualização decorrente da bem-sucedida identificação com a autoridade parental: representa a internalização da coerção cultural que antes era exercida de fora, nos primórdios do processo de diferenciação psíquica, quando – desconhecendo a diferença sexual anatômica – a criança não podia estabelecer distinção entre a mãe e o pai.

Não é apenas à identificação com as imagos parentais que o superego deve sua configuração. Ele também assimila identificações com pessoas que passam a ocupar o lugar da autoridade dos pais. Ainda que também concorram para o enriquecimento do caráter – ou personalidade psíquica –, essas identificações subsequentes não produzem alterações substantivas nas primeiras, há muito enraizadas e responsáveis pelas características essenciais da instância superegoica. Consideradas as características psíquicas introjetadas a partir da relação identificatória original e aquelas introjetadas a partir das identificações posteriores, compreende-se porque o superego é responsável pela continuidade de tradições e pela manutenção de ideários políticos.

Porém, nem toda severidade, rigidez e conservadorismo do superego infantil são extraídos do superego parental. Herdeiro do complexo de Édipo, o superego se estrutura na estreita dependência de como se desenrolou esse conflito triangular. Quanto mais intensas as demandas eróticas e as demandas destrutivas, mais o superego se avoluma para contê-las na contribuição por ele prestada ao recalçamento que propicia dissolução edípica. Desse modo, a configuração do superego depende de como as pulsões destrutiva e erótica foram sendo equacionadas, metamorfoseando-se em identificações.

A dinâmica da relação entre o ego e o superego, assim como a pressão que o segundo possa exercer sobre o primeiro, depende de como as identificações neles se imprimiram e de como – nesse jogo de forças – o ego consegue se posicionar diante da realidade. Todavia, esse complexo processo não se dá em um nível que possa ser apreendido pela consciência. O respeito e a afeição conscientes pelos pais – dada a total dependência inicial – expressam a única posição que a criança pôde ter diante deles: a submissão. A fim de preservar a integridade do ego, geralmente não resta no psiquismo a mais remota lembrança das implacáveis paixões antagonônicas ocultas por detrás desses sentimentos cívicos.

Os genitores são primeiramente tomados como modelos daquilo que a criança *gostaria de ser*, no respeito e na afeição submissos. Paradigmáticos, os pais são em seguida transformados naquilo que a criança *gostaria de ter*: para amar e/ou para destruir. Nessa segunda posição diferenciada, o laço não se prende mais ao sujeito e, sim, aos objetos das pulsões erótica e destrutiva. O conflito psíquico resultante impõe o recalçamento e a sublimação dos intensos sentimentos edipianos, concomitantemente à intensificação regressiva da identificação original. Desse modo, a diferenciação psíquica – do ego e do superego a partir do id – está calcada no ininterrupto ir-e-vir das pulsões erótica e destrutiva, ora inibidas ora desinibidas em suas finalidades, ora mescladas uma na outra.

O ego e o superego operam inconscientemente para poderem suportar as intensas pressões a que são constantemente submetidos: de um lado, as exigências da realidade, de outro, as persistentes demandas pulsionais do id. Originariamente inconsciente, o id sempre é alheio à realidade exterior, à distinção entre o passado e o presente, à moral cultural e à contradição. Norteadado pelo princípio de prazer, o id empenha-se tão somente na luta pela descarga pulsional a qualquer custo. É por causa disso que a maior parte do psiquismo humano é

inconsciente. As identificações – que o diferenciam e estruturam – deixam no ego e no superego o precipitado daquilo que deve ser esquecido e daquilo que pode ser lembrado.

Outra modalidade de identificação concorre para o enriquecimento do psiquismo. Trata-se da identificação parcial – ou terciária – na qual não está implicado investimento libidinal de objeto. Derivada da percepção de características partilhadas com outras pessoas, essa terceira modalidade de identificação propicia os laços de amizade, a formação de grupos, os pertencimentos étnicos, classistas, profissionais e, portanto, o desenvolvimento dos sentimentos sociais. Desse modo, calcada nas pulsões sexual e destrutiva inibidas em suas finalidades, a identificação terciária favorece os sentimentos cívicos a partir dos quais as formações sociais se estabelecem e podem se consolidar.

Devido às suas bases eróticas e destrutivas inibidas, os sentimentos cívicos das relações sociais podem, com facilidade, se transformar em sensualidade ou hostilidade: nesses casos, a pulsão desinibida se sobrepõe à pulsão inibida. Essa plasticidade do intercâmbio pulsional permite que a ternura e o respeito se transformem em erotismo ou ódio – e vice-versa –, como, por exemplo, se vê na amizade metamorfoseada em relação erótica, ou no erotismo e na destrutividade metamorfoseados em amizade. Mesmo assim, é preciso distinguir a identificação do amor sensual e da hostilidade. A identificação – na sua infusão com a sensualidade e com a destrutividade sublimadas – é que permite as amizades e as formações coletivas. O mesmo não ocorre com o amor sensual e com a hostilidade que são desfavoráveis à convivência grupal.

Identificação original, ou primitiva, identificação regressiva, ou secundária, e identificação parcial, ou terciária, constituem a personalidade psíquica no processo em que o ego e o superego se diferenciam do id. A estrutura dessas duas instâncias psíquicas diferenciadas, assim como o jogo de forças entre elas, decorre dos sentimentos heterogêneos que são alimentados pelas pulsões erótica e destrutiva – ora inibidas, ora desinibidas. Impedidas de concretização – devido ao recalque ocorrido na dissolução edípica –, essas intensas demandas pulsionais fazem pressão para atingir a representação consciente. Isso ocorre porque a identificação submissa com a autoridade e o recalque implicaram frustração permanente e incansável tentativa de concretizar a satisfação adiada.

Protótipo das demais relações sociais, a relação original é reeditada a cada nova relação travada pelo sujeito que é movido por demandas pulsionais outrora frustradas. Quando se fundem à relação original, quando a ela se somam, quando

a ela se sobrepõem ou quando a substituem parcialmente, as relações atuais arcam com os sentimentos ambivalentes da primeira e com os conflitos provocados por esse antagonismo pulsional constitutivo. É assim que a coexistência de ternura, afeição, respeito, sensualidade e agressividade representa a herança emocional imposta à relação atual de autoridade pela relação original.

Transferência é a operação psicológica por meio da qual os afetos da relação original são reeditados inconscientemente na relação atual. Portanto, a relação original determina o modo como o sujeito se põe nas suas novas relações. Os protótipos relacionais que vêm à cena podem ser reequacionados, conforme o permitam as características intrapsíquicas da relação presente e as circunstâncias exteriores.

Observe-se que a relação de autoridade é apenas uma das muitas em que pode se dar revivescência do protótipo originário. A relação de autoridade é fundamental para a problemática aqui analisada porque, como se viu, a extrema dependência inicial e o contato quase exclusivo com os genitores – ou com pessoas que cumpram essa mesma função – impõem à criança submissão: somente àqueles que dela cuidam pode destinar toda sua ternura, toda sua sensualidade, toda sua agressividade e todo seu respeito, porque somente eles podem prover ou frustrar suas necessidades.

A relação original de autoridade estrutura e canaliza os variados sentimentos humanos, representando o polo em torno do qual são configurados todos os demais protótipos relacionais. Por causa disso, a relação primitiva de autoridade monopoliza o conjunto dos interesses emocionais ulteriores, criando as condições psicológicas que propiciam da reatualização transferencial. O sujeito não precisaria retornar ao momento infantil em que suas demandas pulsionais foram interditas se tivesse podido satisfazê-las.

A pulsão é entendida pela psicanálise como conceito limítrofe entre o somático e o psíquico. A fonte pulsional provém das imperiosas necessidades corporais que – ao provocarem tensão – enviam sinais ao psiquismo e se transformam em representações. As pulsões são determinantes do curso da vida erótica humana: após uma evolução aleatória e complexa, elas se organizam sob o primado da genitalidade que culmina na puberdade – segunda eflorescência da sexualidade.

Essa sinuosa organização pulsional vai se engendrando em regiões específicas do corpo. No início da vida psíquica, a pulsão sexual é constituída de uma

série de pulsões parciais que buscam satisfação independentemente umas das outras. Em seguida, essas pulsões convergem para as regiões mais estimuladas do corpo – denominadas zonas erógenas. Em linhas gerais, primeiramente convergem para a região oral, depois, para a região anal e, por fim, para a região genital. A subordinação pulsional à genitalidade não suplanta a força das pulsões parciais: assim como se integram à genitalidade, dela também se desprendem; ou, então, se rebelam contra qualquer sistematização. Portanto, o desenvolvimento centrado na genitalidade é marcado pela mutabilidade e polimorfia pulsional.

Os representantes psíquicos de pulsões genitalmente subordinadas e os representantes psíquicos de pulsões sublimadas são admitidos na consciência. Os representantes de pulsões parciais rebeldes são vetados pela personalidade consciente. Geralmente, tocam a consciência quando expressos em fantasias. Mas a ação do recalçamento não é suficiente para conter a pressão que também fazem para ascender sem disfarces a esse nível psíquico: atingem parcialmente seus objetivos pulsionais quando a relação presente atualiza a relação original.

A reedição do protótipo relacional depende da medida em que a pessoa em questão – amigo, amante, chefe, professor – se adequa a uma das séries psíquicas já constituídas pelo sujeito. Essa inclusão da pessoa na série psíquica pode derivar de modelos correspondentes às imagos de pai, mãe, irmã e irmão, dentre outras. Dessa forma, a atualização do protótipo relacional se dá no nível da representação consciente calcada em representações inconscientes. Emoções vividas como derivadas da relação atual decorrem de pulsões cuja representação foi banida da consciência.

A libido – expressão psíquica da pulsão sexual – agora clama pela satisfação interdita no estágio anterior do desenvolvimento infantil. A adequação de outra pessoa à série psíquica já constituída é possível porque, por natureza, os processos inconscientes desconhecem a lógica norteadora dos processos conscientes. Para as demandas pulsionais do inconsciente – que é o reino do ilógico, da amoralidade, da atemporalidade e da convivência dos contrários – é indiferente que se trate de outra relação e de outro momento da vida.

As condições presentes geralmente concorrem para que a relação originária não seja fielmente reproduzida na relação atual. No entanto, a frustração de intensas demandas eróticas provocou intensa hostilidade: que pode ser direcionada para o objeto de amor ou para o objeto oponente. Portanto, quaisquer que sejam as combinações estabelecidas, a relação atual arca com a transferência inconsciente dos sentimentos ambivalentes da relação original.

A ambivalência emocional – que remonta ao clímax do conflito edípiano – decorre da coexistência de um investimento libidinal amoroso e de um investimento hostil dirigidos para a mesma pessoa: sentimentos de amor e de ódio concorrem na constituição do sujeito e de seus objetos. As demandas pulsionais ambivalentes coabitariam pacificamente se permanecessem no inconsciente. Como forçam passagem para a consciência, produzem o conflito emocional tão característico das relações humanas.

Sendo assim, o *a priori* afetivo dos relacionamentos humanos implica concomitante revivescência de amor e de ódio. A intensidade e a natureza desses afetos determina se a transferência favorece ou dificulta as finalidades da nova relação. Quando é predominantemente alimentada por brandos sentimentos de ternura, a transferência positiva favorece as finalidades relacionais. Quando é predominantemente alimentada por intensos sentimentos eróticos, a transferência positiva dificulta a relação cujas finalidades não sejam sexuais. Quando é predominantemente alimentada por intensos sentimentos hostis, a transferência negativa dificulta as finalidades relacionais.

As relações ulteriores de autoridade evocam as identificações mais primitivas porque, de um modo ou de outro, também envolvem dependência e submissão. Efetivamente responsável pela sobrevivência do frágil bebê, o adulto se impôs a ele como autoridade naquele momento inaugural da vida psíquica. Como se viu, esse protótipo relacional alimenta-se da intensa ambivalência decorrente da frustração. É assim que a relação atual de autoridade arca com a transferência positiva, de ternura e de sensualidade, assim como com a transferência negativa de hostilidade.

Contratransferência é a reação psicológica inconsciente daquele que é alvo da transferência. O alvo da transferência também passou por um processo de constituição psicosssexual análogo ao do agente da transferência. Por causa disso, reage aos sentimentos primitivos que lhe são destinados porque também vivenciou a ternura e o respeito da identificação original com seus genitores. Em seguida, também os transformou em objetos sensuais e hostis que teve de abandonar compelido pelo recalque e pela intensificação dos sentimentos cívicos da identificação originária.

O depositário da transferência também enfrentou frustração de demandas eróticas e hostis que foram recalçadas para assegurar a frágil integridade do seu

ego, ameaçado por pressões antagônicas precariamente conciliadas: exigências do id, limitações da realidade e exigências do superego. A estrutura libidinal ambivalente e nostálgica daí resultante expõe seu inconsciente à ação dos afetos que lhe são destinados. Ao reagir inconscientemente, atualiza fixações, desenterra protótipos relacionais e revolve conflitos primitivos.

A reação contratransferencial à transferência completa o campo inconsciente que articula os sujeitos envolvidos. As relações humanas não seriam possíveis sem a constituição do campo transferencial, pois elas dependem dessa base intrapsíquica. As relações de autoridade intensificam o campo transferencial porque evocam a revivescência de sentimentos ambivalentes da relação original. Como as demais relações sociais geralmente envolvem dependência e/ou submissão, também tendem a provocar revivescência recíproca desses sentimentos.

A transferência e a contratransferência produzem, paradoxalmente, uma situação problemática com a qual os polos envolvidos têm de arcar. O campo transferencial foi primeiramente detectado na relação analítica que visa à dissolução da transferência; dito de outro modo, a cura do paciente resulta do manejo da transferência pelo analista. Ao contrário disso, os demais contextos relacionais geralmente estimulam a reedição recíproca de imagos parentais transformadas em ideais. Nessas outras relações, os protótipos originais podem ser ressignificados, mesmo que para isso não concorra qualquer esforço consciente dos sujeitos envolvidos.

As relações institucionalizadas de autoridade apresentam peculiaridades que dificultam a percepção do campo transferencial. A prévia definição institucional hierárquica de função acentua o componente de autoridade – daquele que tem mais a dizer e melhor sabe o que fazer –, antecipando a transferência e a contratransferência. Tal antecipação dissimula os afetos recíprocos, e a relação é travada como se o campo transferencial a precedesse.

A sedução na relação professor-aluno deriva do campo transferencial. O contexto dessa relação produz expectativas transferenciais e contratransferenciais que evocam protótipos identificatórios dos envolvidos. O professor é formalmente investido de autoridade – pela escola e pela sociedade –, independentemente de sua competência real para educar. Da maneira análoga que a autoridade para educar os filhos é juridicamente conferida aos pais, tenham eles condições para isso ou não.

É suposta a existência de uma assimetria entre o nível superior de conhecimento do professor e o nível inferior de conhecimento do aluno. Quando supõe que o professor pode provê-lo de conhecimento, o aluno o elege como autoridade. Quando ensina, o professor supõe concretizar essa autoridade. É assim que a assimetria entre professor e aluno remete à polaridade inicial entre o genitor – que sabe e provê – e a criança, que quer saber e ser provida.

Em situações consideradas ideais – quando autoridade pedagógica formal e autoridade pedagógica real coincidem –, o campo transferencial pode dificultar ou, mesmo, inviabilizar as finalidades educacionais. O aluno pode incluir o professor em uma série psíquica hostil, manifestando desinteresse, indiferença ou agressividade ostensiva próprios de quem não reconhece a autoridade. Essa transferência negativa pode ativar núcleos inconscientes hostis do professor que reage promovendo algum tipo de enfrentamento, em vez de priorizar os conteúdos.

A curiosidade intelectual – necessária ao ensino e à aprendizagem – é importante elemento constitutivo da personalidade psíquica. Aproximadamente entre três e cinco anos, a criança, que, sobretudo, pergunta, manifesta curiosidade sexual sublimada em curiosidade intelectual. Essa curiosidade deriva da percepção da diferença anatômica entre os sexos e é fonte de todas as perguntas sobre a relação sexual entre os pais e sobre a própria origem. As excêntricas teorias sexuais elaboradas pela criança são respostas da fantasia a tais enigmas.

A constituição anatômica infantil ainda não produziu o esperma e nem finalizou o desenvolvimento do orifício sexual feminino, essenciais à reprodução da espécie: a criança fica sem o nexo de realidade para desvendar o enigma da sua origem, subjacente à curiosidade sexual. Além da sublimação, a curiosidade sexual enfrenta o recalçamento. Devido à ação desses dois processos, a criança curiosa pergunta sobre uma infinidade de eventos que aparentemente nada têm de sexuais.

Intensos sentimentos eróticos e hostis depositados nos genitores são recalçados no apogeu do conflito edipiano, atendendo a exigências da realidade exterior e do superego. Perguntas diretamente referidas à sexualidade passam pelo mesmo processo. Demandas pulsionais do id clamam por satisfação atingindo a representação consciente através de disfarces, cujo conteúdo não revela o verdadeiro interesse subjacente.

Como não é possível ter os pais para amar ou destruir, a criança é obrigada a trilhar outro caminho: escolhe um papel sexual social, a partir de características anatômicas observadas nos pais e em modelos emocionais que oferecem.

Concomitantemente, o recalque produz a intensificação regressiva dos afetos cívicos originários a fim de que não restem sinais conscientes da ambivalência subjacente. Devido a isso, ao mesmo tempo em que define seu lugar no mundo como um lugar sexual, a criança também baliza o curso de suas atividades investigativas posteriores.

O desejo de saber e o desejo de não querer saber estão vinculados aos caminhos e descaminhos do complexo de Édipo. Se o recalque não foi demasiado intenso, representantes psíquicos pulsionais sublimados podem ascender à consciência metamorfoseados em curiosidade intelectual: estar aberto à investigação implica, em última instância, querer saber da própria sexualidade. Se, ao contrário, o recalque foi demasiado intenso, dificulta a expressão consciente de disfarces pulsionais sublimatórios. Os representantes psíquicos vetados terão de permanecer inconscientes: estar fechado à investigação, implica, em última instância, não querer saber da própria sexualidade, pois uma simples pergunta pode ser perigosa para o ego.

O recalque do conflito edipiano abranda, mas não suprime a intensidade dos afetos ambivalentes e da curiosidade sexual, relegados aos subterrâneos da vida psíquica. Nesse momento, a instância superegoica recebe uma nova contribuição: de objetos de amor e destruição, os pais retornam à condição de modelos ideais a partir dos quais o ego será permanentemente avaliado pelo superego. A sedução consuma a sua vitória, impondo à instância superegoica o fascínio submisso às imagens parentais: ao internalizar suas exigências para obter amor, o superego infantil sedutoramente mostra que é digno de receber esse amor. Consequentemente, as expectativas do sujeito em relação a si e a outrem passam pelo crivo da identificação originária.

O campo transferencial que inaugura a relação professor-aluno não deve constituir seu ponto de chegada. As energias libidinais e destrutivas, aprisionadas à reedição prototípica, precisam ser liberadas e canalizadas para o trabalho intelectual. Quando revive o amor e/ou o ódio, o aluno revive o momento em que – fascinado e atemorizado – vergou-se à autoridade parental assimilando suas características supergoicas restritivas. Aprisionado à paixão ambivalente pelo professor, o aluno debilita a função crítica de seu superego e o conhecimento fica relegado a plano secundário: a influência parental toma o lugar da influência pedagógica e a transferência reitera a sedução.

Quando reage à transferência do aluno, o professor opera como se os afetos que lhe são destinados tivessem sido evocados exclusivamente por ele. A um só

tempo, atende às próprias fixações infantis e às do aluno, seduzindo-o a realizar suas expectativas de amor e/ou de ódio: a sedução parental suplanta a autoridade pedagógica. Nessa forma abusiva de exercício da autoridade, a mediação pedagógica e a curiosidade intelectual são substituídas pela sedução recíproca.

A dominação sedutora da autoridade original é rompida quando o professor não reage às expectativas transferenciais ambivalentes do aluno e evoca seus afetos ternos para ajudá-lo a trabalhar. Ele também pode se abster de alimentar a transferência erótica. Tais modos de ação genuinamente pedagógica propiciam a predominância de afeição e respeito, criando condições favoráveis para que o campo transferencial e a sedução que dele emana favoreçam o ensino e a aprendizagem. Nessas situações ideais, o professor dá relevo ao conhecimento que legitima sua autoridade pedagógica.

Está posta a questão decisiva da relação pedagógica. Mesmo que vise à negação da própria relação – operando para superar a dependência intelectual do aluno – o professor sempre se move na tênue fronteira entre autoridade e sedução. A sobreposição da sedução à autoridade leva à exclusiva revivescência de demandas pulsionais recíprocas, desfigurando a relação pedagógica naquilo que é seu meio e sua finalidade: ensino e autonomia intelectual do estudante. Portanto, é necessário diferenciar dois modos de negação da relação professor-aluno. Quando predominam amor e/ou ódio muito intensos e recíprocos, a relação é negada porque professor e aluno não conseguem se articular na experiência de ensino e aprendizagem. Quando predominam sentimentos brandos de afeto e respeito, a relação pedagógica também é negada, porém dialeticamente: ela se desfaz no exato momento em que consoma suas finalidades.

Resumo

São apresentados os elementos psíquicos inconscientes que estruturam a relação pedagógica para mostrar que tanto podem favorecer como dificultar o exercício adequado da autoridade do professor, quando essa é substituída pela sedução. O intercâmbio emocional inconsciente da relação professor-aluno acarreta a revivescência recíproca de afetos do passado infantil sem que os sujeitos envolvidos se deem conta disso. A revivescência inconsciente do passado infantil é possível graças à identificação, à transferência e à contratransferência: essas operações psíquicas são apresentadas

conceitualmente, em termos psicanalíticos, para mostrar como o processo em que se articulam pode resultar na sedução. Quando a revivescência inconsciente é muito intensa e exclusiva, a sedução se sobrepõe à autoridade desfigurando o ensino e a aprendizagem.

Palavras-chave: autoridade; sedução; identificação; transferência; contratransferência.

Abstract

The unconscious psychic elements that structure the pedagogical relationship are presented to show that they can either favor or difficult the adequate exercise of the teacher's authority, when this structure is replaced by seduction. The unconscious emotional interchange of the relationship teacher-student brings a reciprocal reviviscence of affection of the past childhood even though the subjects involved don't notice it. The unconscious reviviscence of the past childhood is possible due to the identification, the transference and the counter-transference: these psychic operations are presented conceptually in psychoanalytical terms, to show how the process in which they articulate may result in seduction. When the unconscious reviviscence is very intense and exclusive, the seduction overlaps the authority disfiguring the teaching and the learning.

Keywords: authority; seduction; identification; transference; counter-transference.

Resumen

Son presentados los elementos psíquicos inconscientes que estructuran la relación pedagógica para mostrar que pueden favorecer como dificultar el ejercicio de autoridad del profesor cuando esa es reemplazada por la seducción. El intercambio emocional inconsciente de la relación profesor alumno trae consigo la reviviscencia reciproca de afectos del pasado infantil sin que los sujetos implicados se den cuenta de esto. La reviviscencia inconsciente del pasado infantil es posible gracias a la identificación, a la transferencia y a la contratransferencia: esas operaciones psíquicas son presentadas conceptualmente en términos psicoanalíticos, para mostrar como el proceso en que se articulan puede resultar en la seducción. Cuando la reviviscencia inconsciente es muy intensa y exclusiva, la seducción se sobrepone a la autoridad tergiversando la enseñanza y el aprendizaje.

Palabras clave: autoridad; seducción; identificación; transferencia; contratransferencia.

Referências

- Adorno, T. W. y otros. (1965). *La personalidad autoritária*. Buenos Aires, Editorial Proyección.
- _____. (2000 [1971]). Tabus acerca do magistério. In: *Educação e emancipação*. Trad. de Wolfgang Leo Mar. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra.
- Barbero, G. H. (2010). A identidade do professor. *Psicopedagogia Online*. vol. 1/10.
- Freud, S. (1980 [1892-1899]). Carta nº 69 a Fliess. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, vol. I, pp. 350-352.
- _____. (1980 [1912]). A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, vol. XII, pp. 129-143.
- _____. (1980 [1914]). Observações sobre o amor transferencial. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, vol. XII, pp. 205-223.
- _____. (1980 [1914]). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro, Imago, vol. XIII, pp. 281-288.
- _____. (1980 [1920]). Além do princípio de prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVIII, pp. 11-85.
- _____. (1980 [1921]). Psicologia de Grupo e a análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Imago, vol. XVIII, pp. 87-179.
- _____. (1980 [1923]). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, vol. XIX, pp. 11-83.
- Kupfer, M. C. M. (1989). *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo, Scipione.
- Laplanche, J. (1988) *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Trad. de Doris Vasconcellos. Porto Alegre, Artes Médicas.

- Lasch, C. (1983 [1979]). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Trad. de Ernani Pavaneli Moura. Rio de Janeiro, Imago, 1983.
- Makarenko, A. S. (1985 [1935]). *Poema pedagógico*. São Paulo, Editora Brasiliense, vol. I e II.
- Monzani, L. R. (1984). Sedução e fantasia. *Manuscrito – Revista de Filosofia*. Campinas, SP, n. 1 e 2, pp. 31-52.
- Morgado, M. A. (2002). *Da sedução na relação pedagógica: professor-aluno no embate com afetos inconscientes*. 2. ed. São Paulo, Summus.
- Pimenta, S. G. (2009). “Formação de Professores: identidade e saberes da docência”. In: Pimenta, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo, Cortez.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

Maria Aparecida Morgado

Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso.

E-mail: morgadom@terra.com.br